



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO**

RESOLUÇÃO Nº 10/2013

Institui a Comissão Permanente de Controle
Disciplinar - CPCD.

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO – UNIVASF, no uso de suas atribuições legais e estatutárias;

CONSIDERANDO a dificuldade em compor comissões de procedimentos disciplinares, apurar denúncias e ocorrências verificadas no âmbito da Universidade Federal do Vale do São Francisco;

CONSIDERANDO a obrigatoriedade de que essas ocorrências devem ser apuradas, conforme impõe o art.143 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

CONSIDERANDO as disposições da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal;

CONSIDERANDO a necessidade de se conferir maior celeridade na tramitação, realização e conclusão dos trabalhos das Comissões de Processo Administrativo Disciplinar, em cumprimento ao disposto no Título V da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e atendendo-se aos princípios constitucionais da eficiência e da razoável duração do processo;

CONSIDERANDO o que consta do Processo nº 23402.001541/2013-51 e,

CONSIDERANDO a aprovação por maioria do plenário do Conselho Universitário, na Sessão Extraordinária realizada no dia 25 de outubro de 2013.

R E S O L V E:

Art. 1º - Instituir na Universidade Federal do vale do São Francisco, a **Comissão Permanente de Controle Disciplinar – CPCD**, vinculada ao Gabinete da Reitoria, com as atribuições previstas na presente Resolução, relacionadas à apuração de situações envolvendo possíveis irregularidades cometidas por servidores na Instituição, conforme previsto na Lei nº 8.112/90.

Art. 2º - Os membros da CPCD deverão atuar em consonância com as normas do regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais (Lei 8.112/90), do Regulamento do Processo Administrativo no âmbito da Administração Pública Federal (Lei



UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO CONSELHO UNIVERSITÁRIO

9.784/99), do Código de Ética Profissional do Servidor Público do Poder Executivo Federal (Decreto 1.171/94), desta Resolução e das demais regras do direito disciplinar brasileiro.

Art. 3º - A CPCD será composta por até 18 (dezoito) membros, sendo preferencialmente 50% (cinquenta) docentes e 50% (cinquenta) servidores técnico-administrativos em educação.

§ 1º Os membros serão designados pelo Reitor, dentre servidores efetivos do Serviço Público Federal.

§ 2º O Coordenador-Geral e o Secretário serão eleitos pelos seus pares.

§ 3º Os membros da CPCD deverão ser servidores estáveis.

§ 4º Os membros da CPCD serão nomeados para mandato de 2 (dois) anos, mediante ato do Reitor.

§ 5º Nas hipóteses de afastamentos ou desligamento de membro da CPCD, esta não estará impedida de funcionar com número reduzido de servidores, até que ocorra, por ato do Reitor, a substituição do membro afastado ou desligado.

Art. 4º - O Coordenador-Geral será designado por ato do Reitor para exercer a função pelo prazo de 2 (dois) anos, admitida uma única recondução por igual período.

§ 1º Ao Coordenador-Geral e ao Secretário da CPCD poderá ser concedida Função Gratificada.

§ 2º O Coordenador-Geral da CPCD oficiará ao Reitor, 2 (dois) meses antes do término do período do mandato dos membros da CPCD, solicitando a indicação de nomes para substituírem os membros que estejam a concluir o prazo dessa atividade especial.

§ 3º Em caso de vacância do cargo de Coordenador-Geral antes do término do mandato, o Reitor nomeará um substituto para a complementação do mandato.

§ 4º O servidor não deverá ser nomeado novamente Coordenador-Geral da CPCD antes de decorridos 2 (dois) anos do encerramento de mandato anterior no mesmo cargo, ressalvada a recondução prevista no caput deste artigo.

§ 5º Os membros da CPCD poderão ser reconduzidos por um único período de 2 (dois) anos, sendo que após os dois primeiros anos de existência da CPCD poderão ser reconduzidos no mínimo 1/3 (um terço) e no máximo 2/3 (dois terços) dos membros.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO**

§ 6º Os membros não poderão desligar-se voluntariamente da CPCD enquanto integrarem comissões disciplinares, salvo por motivo justificado.

§ 7º O desligamento dos membros da CPCD será formalizado em Portaria específica

Art. 5º - Compete ao Coordenador-Geral da CPCD:

- I. Convocar e presidir as reuniões da CPCD;
- II. Indicar à autoridade competente, a pedido, os membros de cada comissão disciplinar entre os membros da CPCD;
- III. Emitir parecer quanto à admissibilidade de instauração de processo apuratório, cabendo a decisão à autoridade instauradora competente;
- IV. Acompanhar e orientar as comissões disciplinares a fim de sanar sobre os aspectos formais na condução dos procedimentos disciplinares;
- V. Encaminhar à aprovação do Reitor o relatório anual acerca das atividades exercidas pela CPCD;
- VI. Solicitar a expedição dos atos necessários à condução dos processos apuratórios;
- VII. Solicitar passagens e diárias necessárias à condução dos trabalhos das comissões disciplinares, a pedido destas;
- VIII. Solicitar e organizar a capacitação dos membros da CPCD;
- IX. Exercer quaisquer outras atividades pertinentes à sua função.

Art. 6º - Compete ao Secretário da CPCD:

- I. Receber, registrar e manter o controle dos processos enviados à CPCD;
- II. Elaborar relatórios acerca das atividades da CPCD e dos processos instaurados concluídos e penalidades aplicadas;
- III. Manter atualizado o sistema de controle de processos administrativos disciplinares, inclusive o sistema CGU-PAD ou outros sistemas indicados pelo órgão central de correção do poder executivo federal;
- IV. Redigir, expedir distribuir e arquivar documentos;
- V. Manter e organizar o arquivo da CPCD;
- VI. Após julgamento e eventual publicação do correspondente ato, dar ciência ao servidor do resultado do processo;



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO**

- VII. Zelar pelo patrimônio disponibilizado à CPCD;
- VIII. Controlar os prazos concedidos para a realização dos trabalhos das comissões;
- IX. Substituir o Coordenador-Geral nos seus afastamentos e impedimentos;
- X. Exercer quaisquer outras atividades pertinentes à sua função.

Art. 7º - Compete aos membros da CPCD:

- I. Compor as comissões de sindicância ou de processo administrativo disciplinar para as quais foram designados;
- II. Participar, regularmente, dos trabalhos das comissões;
- III. Participar das reuniões da CPCD;
- IV. Executar trabalhos auxiliares necessários no âmbito da CPCD.

Art. 8º - Desde que tenha ciência da ocorrência de possíveis irregularidades deverá a autoridade competente, nos termos do art. 143, da Lei nº 8.112/1990, decidir sobre a instauração de sindicância ou de processo administrativo disciplinar, para o que poderá contar com parecer prévio do Coordenador-Geral da CPCD.

Art. 9º - Quando solicitado pela autoridade competente, deverá o Coordenador-Geral indicar, no prazo de até 05 (cinco) dias, os nomes para a composição da comissão disciplinar, dentre os membros da CPCD, devendo observar que:

Parágrafo Único. O Processo Administrativo Disciplinar que se originou de uma sindicância não deverá ser conduzido pelos mesmos membros sindicantes.

Art. 10 - A indicação tratada no artigo anterior atenderá, preferencialmente, ao critério de distribuição equitativa dos processos.

Parágrafo Único: Não poderão ser indicados para compor comissão:

- I. Cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau;
- II. Servidores que se enquadrem nas situações previstas nos artigos 18 a 20 da Lei nº 9.784/1999.

Art. 11 - Cada comissão disciplinar será presidida por servidor que deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do acusado.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO CONSELHO UNIVERSITÁRIO

Art. 12 - Acolhidas as indicações, a autoridade competente fará publicar a Portaria instaurando o procedimento cabível e designando a respectiva comissão disciplinar, restituindo o processo, em seguida, à Coordenadoria-Geral da CPCD.

Art. 13 - Ao receber o processo, a Coordenadoria-Geral da CPCD convocará formalmente o Presidente da comissão designada, para que retire, no prazo de 3 (três) dias úteis na Secretaria a Portaria expedida, juntamente com os autos respectivos.

Art. 14 - Cada comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação dos fatos em apuração, se assim justificar o interesse da Administração.

Art. 15 - Os pedidos de prorrogação de prazo ou recondução de cada comissão disciplinar, substituição de membros e outras providências necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos, deverão ser devidamente justificados e encaminhados ao Coordenador-Geral da CPCD, que os remeterá à autoridade competente, para a expedição do ato cabível, se for o caso.

Parágrafo Único - Os trabalhos de apuração não serão interrompidos em razão de pedido de substituição de membro, devendo prosseguir até que haja decisão da autoridade competente a respeito, ressalvados os casos de membros sujeitos a quaisquer dos impedimentos ou suspeições legais.

Art. 16 - Encerrados os trabalhos de cada comissão disciplinar, os processos respectivos, com seus relatórios, serão encaminhados no prazo de até 3 (três) dias úteis ao Coordenador-Geral da CPCD que os encaminhará, também no prazo de até 3 (três) dias úteis, à autoridade julgadora.

§ 1º - A autoridade competente poderá, antes de proferir seu julgamento, remeter os autos à Procuradoria Federal junto à Universidade, para análise quanto à regularidade do processo.

§ 2º - Após o julgamento e eventual expedição de ato punitivo o processo será restituído à Secretaria da CPCD para ciência aos interessados, publicação, encaminhamentos e registros necessários e posterior arquivamento.

Art. 17 - Visando à eficiente condução dos trabalhos, os membros da CPCD, enquanto estiverem no desempenho de atividades pertinentes e procedimentos disciplinares, poderão, por intermédio da CPCD, solicitar formalmente de sua chefia a imediata adequação do volume e horário de trabalho, de modo a atender à condução dos procedimentos disciplinares.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO**

Parágrafo Único - No caso de docente, a adequação prevista no caput deverá ocorrer de forma a não prejudicar a atividades em sala de aula.

Art. 18 - Quando houver justificada urgência em concluir processo, os integrantes das comissões disciplinares poderão dedicar tempo integral aos trabalhos apuratórios, com dispensa e controle de frequência nas suas lotações de origem, exceto das atividades de sala de aula, mediante proposta do Coordenador-Geral da CPCD e autorização da autoridade instauradora.

Art. 19 - Todos os integrantes da CPCD deverão submeter-se a cursos de formação e/ou atualização em matéria de processo administrativo disciplinar.

Art. 20 - A UNIVASF proverá à CPCD o apoio administrativo, local e equipamentos necessários para a realização de reuniões, execução de seus trabalhos e guarda de documentos com segurança.

Parágrafo Único: À UNIVASF, no âmbito de suas atribuições, cabe prover o apoio necessário, inclusive quando houver necessidade de arcar com despesas administrativas referentes a custas de processo, diárias, passagens e outras, necessárias ao bom andamento dos trabalhos das comissões disciplinares, bem como os recursos de tecnologia da informação e o suporte necessário ao funcionamento da CPCD.

Art. 21 - A CPCD, por meio de seu Coordenador-Geral, poderá recorrer diretamente ao apoio das Unidades Organizacionais da UNIVASF, assim como a outros Órgãos e entidades da Administração Pública, para o desempenho de suas competências.

Art. 22 - Os casos omissos não solucionáveis à luz da legislação pertinente serão resolvidos pela própria Coordenadoria da CPCD, nos limites de sua competência.

Art. 23 - Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Petrolina - PE, 25 de outubro de 2013.

**TELIO NOBRE LEITE
NA PRESIDÊNCIA**